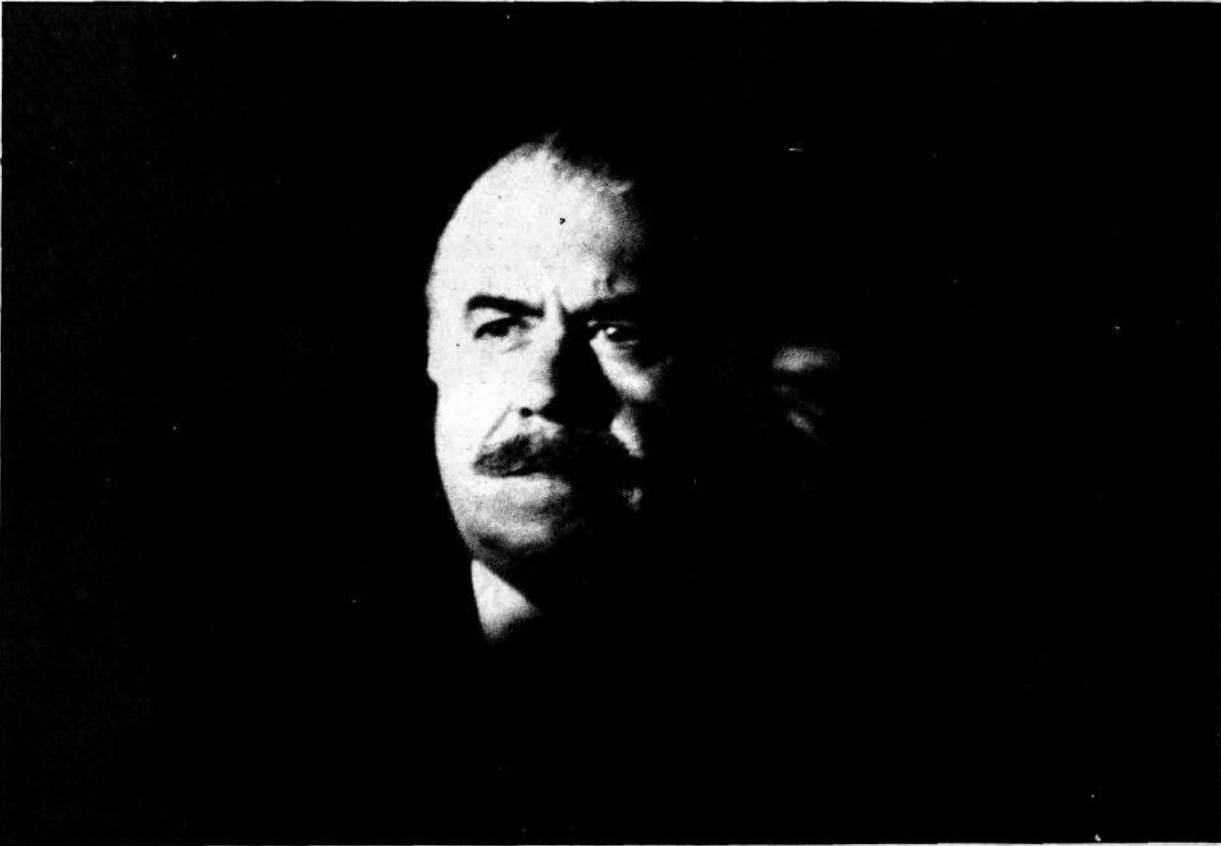


Para líder do governo, 4 anos são irreversíveis



Nélio Rodrigues

O Presidente reconheceu a derrota, mas se diz aliviado e liberado da "chantagem política"

Sarney se vê livre de pressões e poderá reformar o Ministério

Memélia Moreira

O presidente José Sarney considera-se agora liberado para promover as reformas ministerial e administrativa que vem perseguindo desde o início do Governo. Este é o primeiro resultado da votação da Comissão de Sistematização, que aprovou quatro anos de mandato para Sarney.

Na avaliação inicial do resultado, o Presidente concluiu, conforme apuro o JBr, que a tese do presidencialismo está reforçada no plenário da Constituinte, porque "a campanha presidencial está nas ruas". E ele não pretende negociar ou se envolver nos trabalhos da Assembleia.

Sarney recebeu o resultado com absoluta tranquilidade, afirmou o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, e que está respondendo também pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Disse o ministro que o Presidente está agora "determinado a tomar todas as decisões que atendam os interesses do País, sem espírito revanchista".

Logo após a divulgação do resultado da votação, Sarney reuniu-se com os ministros militares, no Palácio da Alvorada. Ele reconheceu a derrota do Governo

na Comissão de Sistematização e, em seguida, em conversa com amigos e assessores que assistiram à votação, no Palácio da Alvorada, deixou claro que se sentia aliviado e liberado da "chantagem política" que o obriga a indicações e escolhas que não o agradam para cargos importantes no Governo.

Independente

Ainda sob o impacto da derrota, o Presidente decidiu se afastar de quaisquer negociações junto à Constituinte. Ele não fará nenhum trabalho para ver aprovada no plenário as teses do presidencialismo e dos quatro anos de Governo. Sarney não pretende negociar, mas continuará defendendo, em todos os pronunciamentos, as duas teses que considera fundamentais para concluir o processo de transição.

Embora se abstenha de influir na Constituinte, Sarney está convicto de que agora ganha força a tese presidencialista, porque a maioria dos candidatos à Presidência da República prefere governar sob este sistema. Além disso, aprovados os quatro anos, não há mais necessidade de os dois partidos do Governo continuarem em oposição a Sarney. O Presidente se preocupa, agora, em transmitir o Governo para seu sucessor.

"Ele vai passar a faixa presidencial", afirmou o ministro

Ronaldo Costa Couto, ressaltando ainda que, seja quem for o eleito, até mesmo o presidente do PDT, Leonal Brizola, "não haverá restrições das Forças Armadas".

Governadores

Quanto ao comportamento dos governadores, o Presidente fez alusão a Miguel Arraes, de Pernambuco, que teria advertido — segundo informações chegadas ao Palácio do Planalto — o deputado Osvaldo Lima Filho quanto à sua posição em defesa dos cinco anos. Lima Filho cedeu lugar para Egídio Ferreira Lima, favorável aos quatro anos, alterando o prognóstico apresentado ao Presidente.

Sarney estranhou apenas o fato de sempre ter sido criticado por tentar influenciar na Constituinte e, de repente, a atitude dos governadores foi absolutamente absorvida "como um fato normal". Apesar disso, o Presidente, conforme informou o ministro Costa Couto, não está pensando em discriminar os governos da Bahia e Pernambuco, "porque ele é o Presidente de 140 milhões de brasileiros".

Sarney espera agora o restabelecimento de Ulysses Guimarães para iniciar as mudanças no Governo e anunciar as reformas, proteladas por conveniência política.

Silvio Donizzetti

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), admitiu ontem que a decisão da Comissão de Sistematização de fixar o mandato do presidente José Sarney em quatro anos é "irrevogável" e não deverá ser alterada pelo plenário da Constituinte. O deputado acredita também que com a convocação de eleições presidenciais em 1988 está sepultada a proposta de implantação do sistema parlamentarista.

Carlos Sant'Anna assegurou que a sua opinião reflete a posição de Sarney sobre a aprovação da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que reduziu para quatro anos seu mandato, no último domingo. "Esta é a leitura que eu faço da nota do Presidente" — lida pelo ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, logo após a decisão da Comissão.

"Apesar de a Comissão ter um perfil diferente do plenário, a decisão terá uma repercussão na opinião pública nacional que criará uma situação absolutamente ir-

reversível de ser alterada pelo plenário da Constituinte", constatou o líder. Ele adiantou ainda que o Palácio do Planalto não irá mais fazer nenhuma negociação envolvendo sistema de Governo ou mandato presidencial.

Segundo o deputado, as demais derrotas sofridas pelo Governo na Comissão de Sistematização podem ser revertidas em plenário, como é o caso da aprovação do parlamentarismo. Mas, "se houver uma mobilização popular pelas diretas-88, é impossível que o plenário vá contra o desejo da opinião pública", previu.

Golpe de morte

A seu ver, os deputados e senadores que defendem o parlamentarismo sabiam que se votassem a favor dos quatro anos estariam dando um golpe de morte na proposta quando ela fosse votada em plenário. "Em plenário será aprovado o presidencialismo, com quatro anos", assegurou o líder.

Mostrando-se conformado com a redução do mandato do Presidente, Carlos Sant'Anna espera que Sarney concentre, a partir de agora, suas atenções exclusivamente para as questões ligadas à administração do Brasil.

Richa revela proposta

O senador José Richa, do PMDB do Paraná contestou, ontem, com veemência, a proposta do ministro Prisco Viana do Desenvolvimento Urbano, segundo a qual ele, Richa, teria proposto um acordo ao chefe de Governo, que o presidente José Sarney havia repellido, por julgá-lo pouco decente.

Por sinal, Richa e Prisco se encontraram ontem de manhã, no auditório da TV-Globo, em Brasília, e por pouco não se desaviam. Diante das câmeras, Prisco voltou a repetir, como fizera na véspera, ao retirar-se do Palácio da Alvorada, após auster-se com Sarney, que Richa havia sugerido ao presidente a adoção do mandato presidencial de seis anos, desde que os dois últimos decorressem sob sistema parlamentarista. "Esse acordo — afirmou Prisco, dando ao entendimento proposto pelo senador Richa uma conotação suspeita — o presidente repeliu".

Ao saírem ambos do auditório da emissora, Richa in-

terpelou Prisco, severamente, mas o incidente acabou sendo contornado.

"Se o Prisco quiser — disse Richa, à tarde, na Assembléia Constituinte — eu conto tudo em torno da proposta que levei a Sarney".

Depois, num desabafo, na sala de café reservada aos constituintes e à imprensa, o ex-governador paranaense esclareceu o assunto:

"Na verdade, o presidente José Sarney aceitou a proposta que lhe fiz. Só que exigiu que eu lhe levasse um documento subscrito pelo menos por 47 dos 93 membros da Comissão de Sistematização da Constituinte (a maioria absoluta desse órgão), ratificando os termos da proposta sobre parlamentarismo com seis anos de mandato.

Respondi ao presidente que, no caso de tal exigência, nem eu assinaria o documento por ele pedido e a questão morreu aí, definitivamente. "Mas que Sarney aceitou os seis anos, aceitou".

"O presidente Sarney deve abstrair as questões políticas para concentrar-se na administração do País", opinou. Para ele, o chefe da Nação deve assumir uma postura de estadista e presidir como um juiz a eleição para o seu sucessor.

A irreversibilidade da posição pelos quatro anos foi apontada por parlamentares de vários partidos. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou que "a questão já está decidida, não havendo nenhum risco de modificação". O deputado peemedebista Fernando Lyra observou que o plenário da Constituinte só votará a duração do mandato depois do Natal, e que por essa época os parlamentares estarão nos seus estados, em contato com o eleitorado, do que resultará, no seu entendimento, o reavivamento da defesa dos quatro anos, porque é esse o desejo das bases".

O líder do PC do B na Constituinte e o deputado Francisco Pinto (PMDB) têm opinião semelhante à de Lyra. Francisco Pinto também acha que a aprovação dos quatro anos terá como conseqüência a derrubada do parlamentarismo, porque — observa — muitos dos constituintes que se manifestaram a favor o faziam apenas como uma "atitude anti-Sarney".

Prisco vê "morte" do parlamentarismo

O ministro Prisco Viana, da Habitação e Desenvolvimento Urbano, afirmou ontem que a aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney condenou o parlamentarismo à morte.

De acordo com Prisco, a decisão final do plenário da Constituinte — dentro de 60 a 90 dias — sobre o sistema de governo coincidirá com o início da campanha de vários candidatos à Presidência da República. «E o povo, que não conhece nada sobre parlamentarismo, estará mobilizado pelo presidencialismo. A decisão de domingo, da Comissão de Sistematização, fulminou o parlamentarismo», reafirmou o ministro.

As afirmações de Prisco Viana foram feitas na Base Aérea de Brasília, após o desembarque do presidente da Hungria, Karoly Nemeth. O ministro assegurou que o Governo não pretende tomar medidas destinadas a reverter a decisão da Comissão de Sistematização. Mas há no Planalto, admitiu, a expectativa de que o plenário reveja a duração do mandato de Sarney.

Ao garantir que o presidente não "apressaria nem constringe a Constituinte", Prisco afirmou que, em relação ao plenário, o Governo agiria, como tem feito, através das lideranças «que o apóiam».

Entende ainda o ministro da Habitação que o presidente, agora, está livre para compor novo governo, «sem qualquer tipo de condicionamento de natureza política ou partidária». O ministro, todavia, não prevê uma reforma ministerial.

Prisco Viana considerou também ser ruim para o Brasil a realização de eleições no ano que vem, por entender que a transição não se concluirá com a promulgação da nova Carta. «Teremos que fazer as leis ordinárias e as constituições estaduais, e isto não pode ser perturbado por processo eleitoral».

Delfim prevê crise monumental no País

São Paulo — Com a eleição presidencial em 1988 e introdução do parlamentarismo em 120 dias, «o PMDB se apropria do Governo e cria todas as condições de uma crise monumental no Brasil». E a previsão que o deputado Delfim Netto (PDS-SP) fez ontem em São Paulo, ao embarcar para Brasília. «Os quatro anos são absolutamente corretos, o parlamentarismo é absolutamente correto, mas a combinação dessas duas coisas é um desastre» — acrescentou.

«Nós», declarou o deputado, «fizemos uma coisa monstruosa. Isto que aí está não vai sobreviver e nós vamos perder duas grandes idéias. O que está aí é tão monstruoso que vai ser derrubado no plenário» — confia Delfim. Para ele, «o que está montado aí é uma contradição insanável».

Para Quércia, tese é golpista

São Paulo — "Uma tese golpista". Foi como o governador Orestes Quércia se referiu ontem a convocação de eleições gerais para 88. Quércia acha que devem ser feitas tão-somente eleições para presidente, prefeitos e vereadores. Não descartou, contudo, a hipótese de ocorrerem eleições gerais, "se a Assembléia Nacional Constituinte assim o decidir".

Segundo Quércia, é grande o número de pessoas favoráveis às eleições gerais e citou como exemplo o governador do Paraná, Alvaro Dias. Ele pessoalmente é contra e defende a legitimidade dos mandatos dos atuais governadores e parlamentares.

"Além disso, o que estava em discussão era o mandato do presidente e não o dos parlamentares ou dos governadores. Agora, só quem tem condições e poderes para definir essa questão é a Constituinte", disse o governador paulista, afastando a possibilidade de o presidente Sarney convocar eleições gerais para 88.

Simon teme pressão sobre novo sistema

Porto Alegre — Ao elogiar ontem a "reação serena" do presidente José Sarney à redução do seu mandato, o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, manifestou a preocupação de que a realização de eleições presidenciais em 1988 possa significar a derrota do sistema parlamentarista de governo. "Todos os possíveis candidatos a presidente vão se unir contra o parlamentarismo, ainda mais que a implantação imediata pode parecer um golpe, como ocorreu em 1961", justificou Simon.

Já em São Paulo, Pedro Simon reuniu-se, no Palácio dos Bandeirantes, com o governador Orestes Quércia, com quem discutiu por mais de uma hora e meia a decisão da Comissão de Sistematização. Sobre isso, Simon comentou: "Foi uma prova impressionante de que o Brasil consolida o caminho da democracia. Numa hora em que o próprio presidente da República defende uma forma diferente, a Constituinte, numa demonstração de sua soberania, opta por quatro anos, com parlamentarismo e o presidente nem responde. Acata a decisão que a Constituinte a tomar".

Simon acredita que, em plenário, pode haver uma alteração, mantendo-se os cinco anos e presidencialismo para Sarney e, posteriormente, o parlamentarismo.



Governador critica eleição geral

Álvaro defende em 88 eleições gerais

Curitiba — "A implantação do parlamentarismo em março de 88, se não for precedida de referendo popular, é golpe", disse ontem o governador do Paraná, Alvaro Dias, que defende a realização de eleições gerais, em todos os níveis, no próximo ano. "Já que a eleição direta e imediata está sendo encarada como uma forma de recuperação de credibilidade popular nas instituições políticas, então sugiro que sejam feitas de vereador a presidente da República", disse o governador.

Defensor do presidencialismo, Alvaro Dias considera que os políticos brasileiros são extremamente fisiológicos e que o parlamentarismo, implantado neste momento, "apenas vai agravar o crítico gerenciamento da coisa pública".

Para o governador Hélio Gueiros, do Pará, o que aconteceu domingo na Comissão de Sistematização prova que o País está desunido e que a Constituinte o está fraturando e fracionando ainda mais.

Segundo Hélio, não foi surpresa a adoção dos quatro anos, como não tinha sido surpresa a aprovação do parlamentarismo, mas advertiu: "Não é possível aprovar uma Constituição no Brasil na base de dois ou três votos de diferença. É preciso que os nossos constituintes meditem que não é por aí que se vai chegar à pacificação ou ao fim da transição".

Arraes contesta a crítica de ministro

Recife — O governador Miguel Arraes contestou, ontem, as críticas do ministro da Habitação, Prisco Viana, de que ele e o governador da Bahia, Waldir Pires, teriam feito pressões sobre as bancadas dos seus estados na Constituinte.

Essas pressões, segundo o ministro, teriam sido decisivas para a aprovação dos quatro anos, além de constituírem uma intervenção indevida nos trabalhos do Congresso.

Mal-informado

Os votos dados pelos peemedebistas pernambucanos, na opinião do governador, foram decorrentes "de suas próprias consciências". "O ministro Prisco Viana está muito mal-informado. Não fizemos nenhum tipo de pressão e os pernambucanos sabem muito bem disso. Havia até posições divergentes da minha, que sou presidencialista, mas sempre respeitei a opinião de constituintes como Osvaldo Lima e Egídio Ferreira Lima, que são parlamentaristas. Quem conhece o pernambucano sabe que, se ele não for pelo convencimento, por força é que não se submete", afirmou.

Arraes explicou ainda que a única opinião que emitiu à bancada do PMDB foi de que ela deveria chegar unida a votação, ou seja, de que os constituintes pernambucanos votassem de acordo com a vontade da maioria.

Conceição acha que alegria não durará

Rio — "A eleição agora vai alegrar o País, principalmente o povo. Mas essa alegria não vai durar muito tempo e logo teremos outra crise de credibilidade". Assim reagiu ontem no Rio, a economista do PMDB e diretora do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria da Conceição Tavares, ao comentar a decisão da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte de reduzir para quatro anos o mandato do presidente José Sarney.

Na sua opinião, não adianta mudar de Governo, pensando que assim a crise econômica brasileira terminará. "Podem colocar Jesus Cristo no poder que não vai mudar nada no Brasil, enquanto não houver um verdadeiro entendimento entre os segmentos da sociedade", vaticinou a economista. Para Conceição Tavares, a questão da forma de Governo a ser colocada em prática no Brasil também é diferente, desde que tenha amplo apoio popular.

Newton adverte contra golpe

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, advertiu ontem que, se o plenário da Constituinte ratificar a decisão tomada domingo último, pela Comissão de Sistematização, que reduziu o mandato do presidente Sarney para quatro anos e aprovou a implantação do parlamentarismo, "o dr. Urutu assume o Governo deste País outra vez".

Newton Cardoso afirmou que continuará defendendo o mandato de cinco anos e o sistema presidencialista, e que trabalhará com "perseverança nesse sentido". Ele acredita que as matérias aprovadas pela Sistematização "são controversas e carecem de reparos", e insiste que "jogar com os cinco anos para Sarney é uma cartada inteligente".

O governador mineiro não quer falar no lançamento de um candidato do PMDB à sucessão presidencial, porque considera que o candidato precisa de pelo menos dois anos para o amadurecimento de sua candidatura. "O primordial agora, disse, é a redenção econômica do País para que os investimentos voltem a ser feitos e se acabe com o desemprego".

Esperança

Newton Cardoso afirmou também que conversou com Sarney e que sentiu no Presidente "a esperança de que a duração de seu mandato seja revista pelo plenário. O País vive ainda a transição e para o PMDB seria muito difícil enfrentar eleições diretas já em 88". Além da revisão do mandato presidencial em plenário, o governador mineiro aponta como necessário, rever outros pontos



Governador Newton Cardoso

aprovados pela Sistematização. Para ele, "não há razão nenhuma para estabilidade de emprego" no Brasil. Isso levaria, fatalmente ao sucateamento da indústria, à desorganização do sistema industrial, além das falências fraudulentas".

Ontem à tarde, Newton viajou para Brasília e hoje se integra na comitiva presidencial que vai até Porangatu, em Goiás, onde Sarney assina diversos convênios nos setores agrícolas e de transportes para a integração do Brasil Central, programa que beneficia além de Minas Gerais e Goiás, os governos do Piauí, DF e Mato Grosso do Sul.